

**Lottenberg C. Saúde e cidadania: tecnologia a serviço do paciente e não ao contrário. São Paulo: Editora Atheneu; 2015.**

Paulo Leonardo Ponte Marques<sup>1</sup>

Antonio Rodrigues Ferreira Junior<sup>2</sup>

Luiza Jane Eyre de Souza Vieira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza.

<sup>2</sup> Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Ceará.

A editora Atheneu apresenta o livro “Saúde e cidadania: tecnologia a serviço do paciente e não ao contrário”, escrito pelo médico indicado como um dos líderes de maior reputação pela revista Exame, eleito o “Executivo de Valor” em saúde em 2014 e 2015, atual Presidente do Hospital Israelita Albert Einstein. Cláudio Luiz Lottenberg, médico pela Escola Paulista de Medicina, Mestre e Doutor em Oftalmologia, Professor titular em Políticas Públicas de Saúde do MBA em Saúde do Instituto de Ensino e Pesquisa – Inspere, discute ideias sobre os percalços que envolvem a incorporação e a utilização de tecnologias na prática médica, as quais comprometem a sustentabilidade dos sistemas e nem sempre trazem benefícios, tampouco respondem as necessidades emergentes da população<sup>1</sup>.

Nos onze capítulos que integram a obra, Lottenberg apresenta que a evolução tecnológica traz consigo uma série de desafios que precisam ser enfrentados por profissionais da gestão e da atenção, apontando exemplos ao longo da história na compreensão de fatores relacionados aos custos, financiamento, judicialização, influência do mercado, papel dos médicos, poder do paciente e segurança dos dados.

No capítulo inicial o autor descreve a emergência da tecnologia disruptiva, decorrente do desenvolvimento de uma sociedade digital capaz de acessar dados organizados que mudarão os cuidados em saúde e ampliarão a automação. Embora seja capaz de despertar incertezas, esses avanços não significam a exclusão do profissional de saúde, o qual deve ter o seu processo de trabalho facilitado com a incorporação de novas ferramentas e maior participação dos pacientes.

A ideia de que os resultados serão mais efetivos quanto maior for a tecnologia envolvida nos procedimentos médicos, nos remete à necessidade de qualificar as informações disponíveis, bem como fomentar mecanismos que propulsionem consciência cidadã nos pacientes. No entanto, a pressão sobre os sistemas e gestores é tamanha que, mesmo com o modelo insuficiente para atender as atuais e futuras demandas, novas tecnologias são incorporadas aos serviços, acarretando custos cada vez mais altos. Neste contexto

é apontada a experiência positiva do Reino Unido quanto ao programa para avaliação de tecnologias em saúde, incluindo aspectos relacionados aos custos, efetividade e impacto para pacientes, hospitais e profissionais de saúde e administradores. No Brasil, são descritos os esforços para normatização deste tipo de avaliação de 2006 a 2011, culminando com a publicação da Lei 12.401/2011 que cria a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS).

A importância do financiamento é tratada no capítulo três, enfatizando a necessidade de repensar a transição demográfica e epidemiológica. Os modelos de financiamento em vários países são contextualizados historicamente, seja a partir de contribuição por impostos, seguros em saúde, cobranças de taxas centralizadas pelo Estado ou desembolso individual, denotando não haver uma uniformidade. No Brasil, o autor aponta um modelo repleto de idiosincrasias, caracterizado pela convivência do sistema universal, planos de saúde e prestadores privados. Mesmo que tenha havido um aumento significativo no acesso à saúde no país, essa lógica fragiliza o SUS, o qual busca incessantes meios para selecionar, com mais criatividade e menos corporativismo, os caminhos que apresentem o melhor custo-benefício.

Nesta trajetória, no entanto, o autor aponta como recente fator complicador, a judicialização, construída na perspectiva da garantia dos direitos dos pacientes, por meio da universalização e equidade defendidas na constituição. Processos judiciais, especialmente relacionados ao acesso a novos medicamentos, nem sempre aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, obrigam os gestores a direcionar grande parte dos escassos recursos a uma parcela da população. Embora esteja previsto constitucionalmente, isso gera um grande prejuízo à coletividade, e retrata a ineficiência do sistema, o qual sofre grande influência dos produtores e fornecedores de medicamentos e equipamentos.

Visto ser um dos elos para facilitar a incorporação das tecnologias em saúde, o médico precisa ter uma visão ampliada sobre economia e financiamento em saúde, distante da formação acadêmica centrada na técnica. Lottenberg aponta que, além da insuficiência quantitativa, pesquisas indicam que a formação é inadequada. A abertura desenfreada de universidades não é capaz de mudar a centralização do médico no papel de atender o paciente, havendo necessidade de investir em educação continuada para atualizar os processos em sintonia com o futuro “digital”.

Essa nova medicina pressupõe um debate ético, a ser refletido sobre as condutas que visam exclusivamente o lucro, cobranças indevidas e encaminhamento desnecessários dos pacientes para



outros serviços. O autor exemplifica a situação dos Estados Unidos, que criaram leis para impor limites às interferências da indústria nas práticas de saúde e às condutas dos médicos.

O poder do paciente é destacado em um capítulo, sendo apresentados dados do relatório produzido pelo parlamento britânico a respeito do empoderamento, buscando: mudança de visão, enquanto atores ativos; adaptação de estratégias ao contexto local; modificação nas políticas de saúde, ampliando o foco e o envolvimento dos cidadãos; e oferta de oportunidades e ferramentas para que os pacientes tenham maior caráter participativo. Embora sejam identificadas essas necessidades, na prática são de difícil operacionalização, demandando tempo e esforço coletivo. Neste contexto, o livro permite discussão acerca da importância do engajamento do paciente nos processos decisórios, ao considerar que um indivíduo bem informado, qualifica o autocuidado, o que agrega potência ao uso das tecnologias em saúde. Para tal, o autor comenta que o empoderamento e o aumento da autonomia estão relacionados aos aspectos educacionais individuais, e relacionais (tecnologia leve), impactando diretamente na melhoria dos cuidados médicos e da qualidade de vida, especialmente a partir de experiências advindas de países europeus e Estados Unidos.

Embora o autor aponte que a informação por si só não garanta o engajamento dos pacientes para o cuidado da própria saúde, a disponibilização desta informação pode ser fundamental para a construção de sujeitos que ultrapassem o comportamento de mero espectador. *Sites, blogs* e redes sociais ajudam a disseminar as informações, nem sempre corretas, mas certamente tornam-se a cada dia potentes espaços virtuais para interagir com outras pessoas sobre saúde. Aplicativos e acessórios nos *smartphones* também aceleram e facilitam o acesso a cada dia. Nesse mundo cada vez mais conectado, a telemedicina vem ganhando mais utilidade, com meios eletrônicos para promover cuidados a pacientes remotos, sendo inclusive exemplificada como meio para redução de custos.

Essa recente transformação decorrente da era digital não traz apenas aspectos positivos. O capítulo dez destaca que a segurança dos dados disponíveis na rede nem sempre é capaz de evitar ameaças virtuais, cujos “piratas” utilizam uma série de dados confidenciais sobre os aspectos de vida, hábitos, comportamentos e uso de plano de saúde, por exemplo, para repassar as operadoras

e indústrias, que, por sua vez, os utilizam para influenciar aspectos individuais, sociais e políticos na incorporação e utilização de tecnologias em saúde.

No último capítulo o autor narra a própria experiência na relação médico-paciente, mas dessa vez enquanto paciente, ao diagnosticar em si uma catarata. Narra os anseios e as angústias típicas de quem está do lado mais fragilizado, até submeter-se a tratamento cirúrgico realizado por um amigo. Conclui que o profissional médico fica limitado ao conhecimento técnico, necessário, mas que não alcança profundidade para lidar com o desafio nas relações com pessoas que precisam e desejam mais atenção em toda plenitude e complexidade. Mesmo que se deseje uma tecnologia a serviço do paciente, a influência do complexo econômico-industrial da saúde e a formação médica parecem caminhar contra a maré para acompanhar as transformações decorrentes dessa nova era.

O livro torna-se relevante visto que muitas tecnologias são implantadas e avaliadas sob a perspectiva gerencial e o adensamento tecnológico não implica, isoladamente, na satisfação das necessidades percebidas pelo cidadão. Essa reflexão da participação do paciente, como mecanismo de aprimoramento da incorporação de tecnologias em saúde, pode propiciar economia de escala, ampliação do acesso aos serviços e melhor acompanhamento do processo de trabalho dos profissionais.

Sem aprofundar a temática, mas trazendo informações bem atuais e com uma linguagem objetiva, concentrada em características biomédicas, o livro é voltado principalmente para os profissionais que atuam na gestão e atenção nos serviços de saúde, sejam estes públicos ou privados. O autor destaca o papel do profissional médico e do paciente no direcionamento dos cuidados em saúde, focando na importância da relação médico-paciente a partir do acesso as informações disponibilizadas no mundo digital.

Desta forma consegue propiciar reflexões acerca do uso das tecnologias em saúde no cotidiano, explicitando aspectos conceituais, econômicos, sociais e de inovação, auxiliando a construção de novas perspectivas destas dimensões pelos leitores.

## Referências

1. Lottenberg C. *Saúde e cidadania: tecnologia a serviço do paciente e não ao contrário*. São Paulo: Editora Atheneu; 2015.